

## **PAUTA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina deliberará sobre as seguintes matérias, na reunião do dia **29/04/2025**, às **9h**, na Sala de Reuniões das Comissões:

### **1 - PL n. 164/2026**

**Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)**

**Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)**

O projeto cria o programa denominado “Habilita SC”, que descentraliza os serviços de habilitação prestados pelo DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina.

De acordo com a proposta, o atendimento físico ficará a cargo de postos avançados (atualmente os chamados Centros de Condutores), que darão apoio operacional às atividades administrativas, coletando dados e informações dos condutores e recolhendo a documentação necessária.

Já ao DETRAN permanecerá, sob responsabilidade exclusiva, a prática dos atos decisórios e de validação final dos procedimentos de habilitação.

### **2 - PEC n. 7/2025**

**Autor: Deputado Ivan Naatz (PL)**

**Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)**

O projeto altera a Constituição Estadual para ampliar a proteção ao consumidor, mais precisamente àquele superendividado, a fim de promover mecanismos de prevenção, conciliação e repactuação das dívidas.



**3 - PL n. 655/2025**

**Autor: Deputado Sargento Lima (PL)**

**Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)**

O projeto assegura o porte e aquisição de armas de fogo aos integrantes efetivos da Polícia Científica do Estado, alinhando a legislação estadual à federal – esta já permite o porte do armamento à categoria.

**4 - PL n. 99/2026**

**Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)**

**Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)**

O projeto prevê multa administrativa pelo consumo e comercialização de cigarros eletrônicos cuja venda estiver proibida pelos órgãos sanitários estaduais.

A penalidade poderá variar entre 500 reais e 10 mil reais, e será aplicada nos casos de consumo em vias públicas, estações e terminais de transporte público, estabelecimentos comerciais de qualquer natureza e repartições públicas.

**5 - PL n. 504/2025**

**Autor: Deputado Alex Brasil (PL)**

**Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)**

A proposta dispõe sobre medidas de responsabilização a servidores públicos da área de educação denunciados pela prática de condutas de natureza sexual, física, moral ou psicológica no espaço escolar.

Com o objetivo de proteger os estudantes, o servidor acusado será lotado provisoriamente em setor administrativo ou técnico, sem contato direto com os alunos, e será impedido de receber qualquer forma de acréscimo salarial durante o período da apuração das possíveis infrações.



**6 - PL n. 342/2025**

**Autor: Deputado Marcius Machado (PL)**

**Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)**

A medida aprimora a proteção aos animais ao proibir o acorrentamento inadequado que resulte em sofrimento, estresse ou prejuízo do seu bem-estar, assim como aqueles que os privem dos movimentos essenciais a sua saúde.

**7 - PL n. 612/2025**

**Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)**

**Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)**

O projeto inclui as modalidades esportivas Pádel e Badminton nos Jogos Abertos no Estado.

**8 - PL n. 497/2024**

**Autor: Deputado Marquitto (PSOL)**

**Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)**

O projeto cria a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra, com o objetivo de priorizar desigualdades étnico-raciais, combater o racismo e a intolerância religiosa, bem como a discriminação dos serviços de saúde.

A medida busca, ainda, garantir o acesso aos serviços de saúde às pessoas negras com deficiência, LGBTQIAPN+, assim como assegurar assistência ginecológica e obstétrica às mulheres gestantes negras, além de outras diretrizes.

**9 - PL 550/2024**

**Autor: Deputado Marquito (PSOL)**

**Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)**

O projeto institui a política estadual para a primeira infância no estado (PEPI), atingindo as crianças de até seis anos de idade. O programa será realizado por meio do comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância de Santa Catarina, cuja composição ficará a encargo do Poder Executivo e que terá a missão de assegurar a coordenação e articulação do programa.



Serão áreas prioritárias para a política referida: saúde materno-fetal, segurança e vigilância alimentar e nutricional, educação infantil, enfrentamento à pobreza infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social à família e criança, direito à moradia e dignidade, cultura da infância (lazer, arte, esporte), mobilidade e acessibilidade, além de outras.

**10 - PL 150/2026**

**Autor: Deputado Carlos Humberto (PL)**

**Relator: Deputado Maurício Peixer (PT)**

O projeto cria a Plataforma Digital Unificada, destinada ao gerenciamento e cobrança do estacionamento rotativo urbano nos municípios catarinenses.

A medida, ao padronizar os sistemas de estacionamento das cidades do Estado, pretende facilitar o acesso e conferir maior efetividade na gestão e fiscalização dos serviços.

**11 - PL 152/2026**

**Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)**

**Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)**

O projeto isenta do pagamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) envolvendo motocicletas de até 150 cilindradas, e desde que em uso exclusivo por mototaxistas.

---

**Ana Cláudia Torret Rocha**

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

**Michelle Dias**

Jornalista - Gerente Sala de Imprensa ALESC

(48) 3221-3094